

INTERSECCIONALIDADE E O PROTAGONISMO FEMININO QUILOMBOLA

Lais Avelino Dos Santos (lais201199@hotmail.com)

Maryana Oliveira Da Rocha (maryana.rocha134@academico.ufgd.edu.br)

O racismo estrutural forjou as relações sociais que subordinam grupos racialmente identificados, sobretudo mulheres, a um processo discriminatório contínuo, com início na diáspora africana e escravização ocorrida por mais de três séculos, refletindo na forma em que a sociedade se constituiu, tendo como premissa um olhar dominante sobre as culturas, enfatizando a posição de inferioridade dos povos negros e a fragilidade feminina, vozes que foram historicamente silenciadas e são subalternizadas até os dias atuais. O presente trabalho objetiva analisar, do ponto de vista histórico, social e jurídico, o racismo estrutural e seus efeitos nas comunidades quilombolas no que tange à ausência de visibilidade e participação ativa de mulheres negras e quilombolas na sociedade. A pesquisa é fruto de estudos de iniciação científica e o método utilizado é o dedutivo, uma vez que partiu-se da premissa estrutural e foi utilizada como categoria de análise, tanto de dados, quanto da própria documentação e bibliografia, da interseccionalidade. Os procedimentos metodológicos correspondem à revisão bibliográfica, análise de conteúdo documental e análise qualitativa de dados de fontes secundárias oficiais sobre as desigualdades e as violências contra as mulheres quilombolas. É inegável que os desafios das lutas antirracistas, ainda mais no que tange a luta das mulheres quilombolas principalmente pelo território, se multiplicaram. Frente à uma luta política travada contra a imposição de atribuições subalternas regadas preconceito, subordinações tanto de gênero, quanto de classe e raça e às opressões deixadas pela marca colonial, é possível afirmar que nesse sentido, mulheres negras e quilombolas são o verdadeiro exemplo da interseccionalidade, fenômeno que traz à luz a necessidade de analisar igualmente classe-gênero partindo da raça, afinal não obstante lutar contra o racismo, também enfrentam as mazelas do machismo e do sexismo. Conclui-se que há uma disparidade em se tratando de acesso às políticas públicas das mulheres quilombolas em comparação à sociedade em geral, especialmente quanto ao direito à regularização fundiária de seus territórios. Outro fator identificado é a falta de representatividade das mulheres quilombolas nos espaços de poder, confirmando o argumento de que a estrutura social é racista e enquanto estes padrões permanecerem, esse cenário irá se repetir de geração a geração, fazendo com que elas jamais alcancem cargos e posições de liderança, a despeito da resistência feminina nos quilombos.